

Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

De portas abertas para os universitários



Legislativo



Conheça o perfil
das novas Câmaras
Municipais

MBA

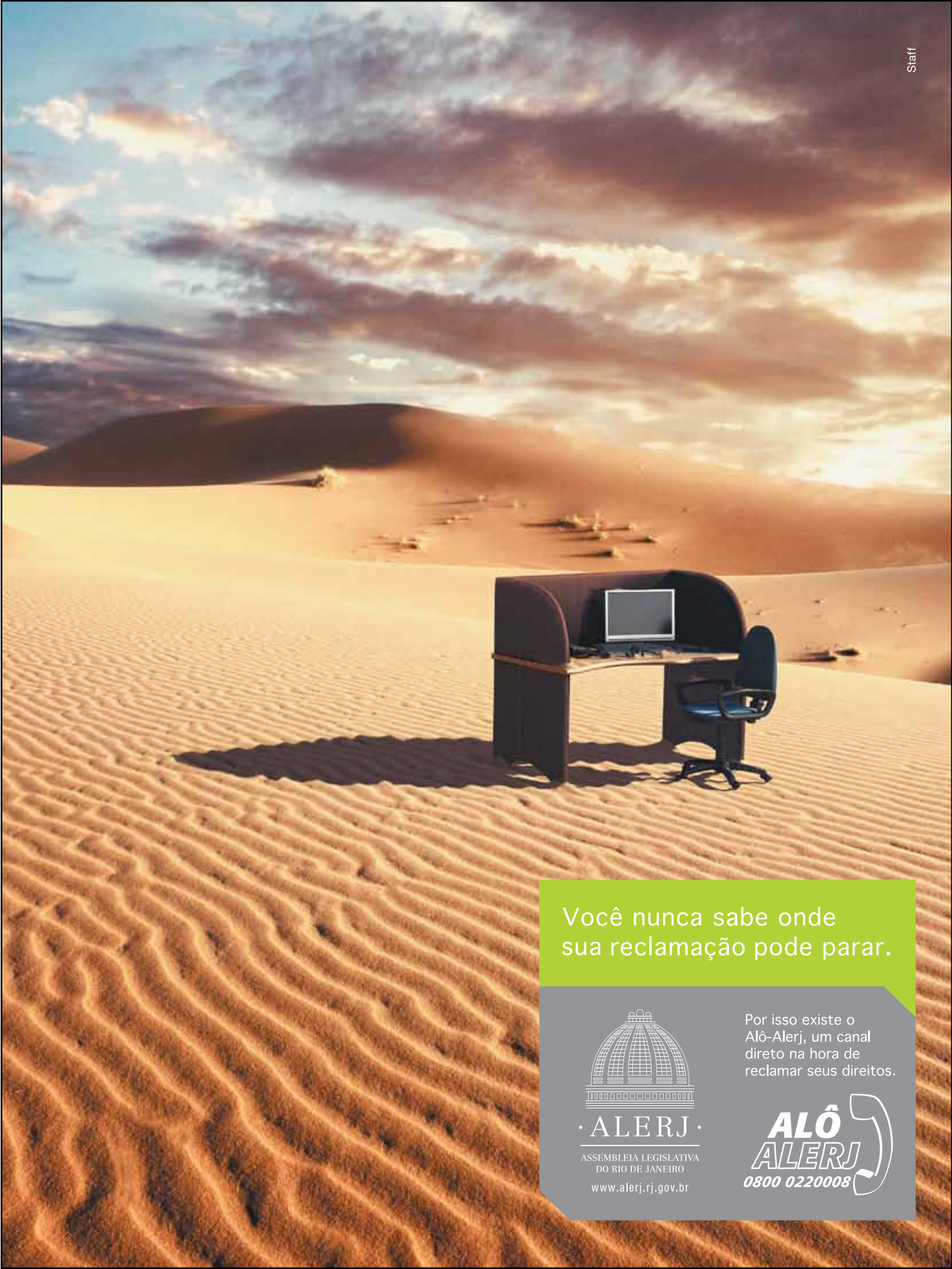


Elerj forma
nova turma de
gestores públicos

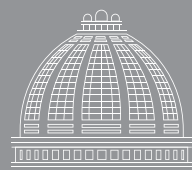
Vereadores



Programa especial
de capacitação
em 2013



Você nunca sabe onde
sua reclamação pode parar.



• ALERJ •
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO
www.alerj.rj.gov.br

Por isso existe o
Alô-Alerj, um canal
direto na hora de
reclamar seus direitos.

**ALÔ
ALERJ**
0800 0220008 

Sumário

Editorial	2
Resultados Práticos /Conhecer para avançar	
Notas	3
Debate	
Debates integram o Legislativo à sociedade	
Entrevista	6
Maior Participação Social no Parlamento	
MBA	
Novos Gestores Públicos	
Legislativo	10
Perfil do Legislativo Municipal Brasileiro	
Cursos de Curta Duração	
Tradição e inovação em capacitação	
Parlamento	14
Educação e Cidadania: espaço aberto aos universitários	
PVS	16
Ensino Superior: desafio para todas as idades	
Censo	18
Radiografia das Escolas do Legislativo	
EJA	20
Frutos da Educação de Jovens e Adultos	
Parcerias/Benefícios	22/23
Novas e promissoras parcerias/Benefícios para os servidores	
Artigo	24
Novos rumos para a contabilidade pública	



Expediente



Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro



Presidente
Paulo Melo

1º Vice-presidente
Edson Albertassi

2º Vice-presidente
Gilberto Palmares

3º Vice-presidente
Paulo Ramos

4º Vice-presidente
Roberto Henriques

1º Secretário
Wagner Montes

2ª Secretária
Graça Matos

3º Secretário
Gerson Bergher

4º Secretário
José Luiz Nanci

1º Suplente
Samuel Malafaia

2º Suplente
Bebeto

3º Suplente
Alexandre Corrêa

4º Suplente
Gustavo Tutuca

Revista da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Coordenador Geral da Elerj
Gilberto Palmares

Subdiretora-Geral da Elerj
Rosângela Fernandes

Jornalista Responsável
Rosângela Fernandes
MTb: 17566/RJ

Redação
Hélio Araújo

Projeto Gráfico
Julia Galvão

Estagiárias
Geani Vargas
Maria Clara Vasconcelos

Contatos

(21) 2588-1373
Rua da Alfândega, 8/2º andar
CEP 20070-000 Centro - RJ
escola@escoladolegislativo.alerj.rj.gov.br

Elerj na rede

www.alerj.rj.gov.br/elerj
www.facebook.com/EscolaDoLegislativoRio
www.twitter.com/elerj_

Impressão

Gráfica da Alerj

Tiragem

2.500 exemplares

Colaboração

Subdiretoria Geral de Comunicação Social e Cultura / Alerj
Departamento de Taquigrafia e Debates

Ano II - Nº 3
dezembro de 2012

www.alerj.rj.gov.br/elerj



Resultados Práticos

Planejamento, ação e avaliação. Diferentes etapas que se complementam e são interdependentes. Na Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), temos investido energia e tempo para que esse ciclo se desenvolva integralmente. O Planejamento Estratégico é uma realidade executada, de fato, para além das planilhas.

Como Coordenador da Escola, integrante da Mesa Diretora e deputado estadual, tenho tido a oportunidade de realizar parte importante desse processo. Elogios, críticas e sugestões são apresentados cotidianamente e estão sempre se renovando. É o caso da procura, nos últimos meses, por parte de vereadores e prefeitos eleitos interessados em aperfeiçoamento, o que certamente reflete o fato da Escola estar se tornando referência e, ao mesmo tempo, indica a tomada de consciência quanto à necessidade de qualificação para o exercício do mandato.

Todos esses olhares externos sobre o trabalho executado nos ajudam a compreender como os programas são percebidos, quais as expectativas geradas, possíveis lacunas e necessidades. Observações que entram na pauta da equipe da Escola e, depois de avaliadas, muitas vezes, colaboram para o aperfeiçoamento do planejamento. Complementam o processo de construção que é realizado nas salas de aula, através das avaliações ou conversas de alunos com a direção e toda a equipe da Elerj.

O resultado prático e inequívoco desta integração é explicitado em depoimentos nesta edição da Revista da Elerj. Alunos do MBA que relatam a utilidade dos cursos na administração da Assembleia, assessores parlamentares que contam a utilização dos conhecimentos de línguas estrangeiras, parlamentares eleitos para prefeituras que ressaltam a importância dos cursos para os desafios que vão assumir. Tudo isso é fruto de um longo processo que, se por um lado indicam o acerto da estratégia adotada, por outro, contribuem para aumentar a expectativa e a responsabilidade que a Escola tem pela frente.

Gilberto Palmares

Coordenador-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Conhecer para avançar

O Rio de Janeiro é o nosso universo: a Assembleia Legislativa, as Câmaras Municipais, os cidadãos que vivem no Estado. Mas, para compreender a atual dimensão e aperfeiçoar a Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), é indispensável ir além, situar nossa Escola em relação às demais.

A maior dificuldade para realizar essa avaliação era a falta de informações sistematizadas sobre a realidade atual. Como integrantes da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), assumimos a tarefa de realizar um levantamento nacional. Foram oito meses de trabalho até a conclusão do Censo apresentado nesta edição. Ao analisar as informações, é possível concluir que a Elerj está nivelada às unidades mais consolidadas do país. Desenvolvemos os principais projetos, temos um sistema de divulgação aprimorado e estamos no caminho certo em relação à estrutura pedagógica. O estudo revela também que enfrentamos dificuldades bem semelhantes e aponta, ainda, prioridades, como a implantação da educação a distância.

Em 2012, nos dedicamos também a buscar informações apuradas a respeito do nosso público prioritário. A matéria sobre os novos legisladores, outro destaque desta edição, analisa os resultados das eleições e as novas configurações das Câmaras Municipais. Os vereadores eleitos receberão atenção especial da Elerj em 2013, com atividades específicas já a partir de fevereiro.

Este ano tivemos ainda a oportunidade de mergulhar num novo universo: o de estudantes universitários, parte da missão de educação para a cidadania, inerente às escolas legislativas. O curso, que atraiu mais de 60 jovens, foi um passo importante para identificar o perfil, compreender as expectativas e o nível de interesse em relação ao parlamento.

Estas são apenas algumas das informações preciosas colhidas e tratadas durante 2012 pela nossa equipe. Dados que ajudam a indicar o caminho a seguir em sintonia com a realidade.

Rosângela Fernandes

Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro



Inglês e Espanhol

Atender aos turistas que visitam o histórico Palácio Tiradentes, dialogar com comitivas que vêm do exterior e estudar legislação de outros países. Para facilitar a execução de todas essas atividades, a Escola do Legislativo (Elerj) abriu, no segundo semestre de 2012, duas novas turmas de línguas. Os cursos de Inglês e Espanhol, ministrados pelo SESI através de parceria, agora têm aulas no período noturno.

Geórgia Bello Corrêa, advogada e assessora jurídica na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, é uma das alunas do curso de Espanhol e já viveu essa experiência. Ela, que constantemente recebe textos em outras línguas no ambiente de trabalho, chegou a fazer entrevista na Espanha, a respeito da Legislação de Proteção à Mulher.

A advogada já teve chance de comprovar na prática a utilidade do curso. “Recentemente, fui a um seminário em comemoração aos 50 anos da Fundação Ford no Brasil, no CCBB Rio, com palestrantes de toda a América Latina, e a maioria falava espanhol. Neste momento, percebi que já aprendi bastante. E as palavras que não entendi, anotei e perguntei na aula seguinte”, conta empolgada.



Atualização em Matemática

Em parceria com o SESI, a Elerj ofereceu aos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e aos alunos do Pré-Vestibular Social (PVS) um curso de atualização em Matemática.

Servindo de reforço para os alunos do PVS no vestibular, o curso teve como objetivo rever estruturas básicas e aprofundar a aplicação dos conceitos de matemática.

No programa, matemática financeira, proporcionalidade, sequências, função afim, combinatória, probabilidades, gráficos, estatística, geometria espacial, áreas e volumes. Os alunos do PVS aproveitaram a oportunidade para realizar reforço na disciplina como parte da preparação para o vestibular.

Pós-graduação a distância

Contribuir para uma melhor capacitação profissional de seus funcionários e dependentes, buscando sempre meios de melhor atingir a eficiência nos serviços a serem prestados, é um dos objetivos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Por esta razão, a instituição, através da Escola do Legislativo (Elerj), firmou parceria com a wPós/AVM Faculdade Integrada, que oferece condições especiais de matrícula nos cursos e programas de aperfeiçoamento profissional, extensão e pós-graduação lato sensu, na modalidade a distância.

Somente na Pós-graduação, são mais de 260 cursos à disposição dos interessados, em diversas áreas do conhecimento, como Administração Pública, Comunicação Social, Direito, Educação e Magistério, Gestão, Licitações e Contratos, Logística, Poder Judiciário, Políticas Públicas, Previdência, Segurança Pública e Inteligência, Serviço Social e Tecnologia da Informação, entre outras.

Os descontos são válidos para todos os servidores efetivos, comissionados ou contratados, assim como para seus respectivos dependentes. Para informações e inscrições, os interessados devem entrar em contato exclusivamente com o Núcleo de Atendimento da wPós/AVM Faculdade Integrada, no telefone (21) 2233-6801 ou no site www.wpos.com.br.



Debates integram o Legislativo à sociedade

Uma das missões da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro é ampliar a interação com a sociedade e promover ações de responsabilidade social. Neste sentido, a instituição realiza, mensalmente, debates sobre temas de interesse geral, buscando aproximar o Poder Legislativo do cidadão. Abertos ao público, esses encontros têm lotado o auditório da Elerj, com a participação ativa de servidores de diversos órgãos públicos, estudantes e representantes da sociedade civil.

Educação Inclusiva

Na manhã do dia 17 de outubro, o tema em debate foi 'Desafio da Educação Inclusiva', que teve o objetivo de discutir a visão da Prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo do Estado e da Sociedade Civil sobre um tema que vem ganhando espaço e que merece atenção: a educação para pessoas com deficiência. O evento também serviu para que os participantes refletissem sobre as ações em curso nesta área, se há ou não avanços e quais as prioridades a serem definidas.

Na ocasião, o presidente da Comissão da Pessoa Portadora de Deficiência da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), deputado Márcio Pacheco (PSC), posicionou-se a favor de um modelo de educação híbrido, que incluía os alunos deficientes em turmas regulares das escolas. "Nos dias de hoje ainda há escolas que selecionam os seus alunos e excluem os diferentes por motivos de ignorância ou medo", disse o parlamentar. Para a diretora do Instituto Municipal Helena Antipoff, Kátia Nunes, ainda há problemas no acolhimento da pessoa com deficiência pela rede pública de Educação. "O atendimento educacional especializado e a ampliação do atendimento são questões maiores em que temos que avançar", lembrou.

A falta de informação foi apontada pela coordenadora de Educação Inclusiva da Fundação

Cecierj, Flávia Barbosa Dutra, como um entrave a ser resolvido. "Para que as políticas públicas sejam executadas de forma eficiente é necessário que a sociedade tenha mais informação. Conviver com a diversidade é muito complicado", disse.

Mediador do debate, o coordenador da Escola do Legislativo, deputado Gilberto Palmares (PT), que integra a Comissão Especial das Barcas, aproveitou para lembrar a falta de acessibilidade no transporte público, que também prejudica os estudantes. "Estamos verificando as condições de acesso dos deficientes físicos ao transporte aquaviário, pois, se as embarcações não estiverem adequadas, os alunos deficientes, por exemplo, não têm como chegar aos locais de estudos. E sabemos que isso, infelizmente, ocorre também com outros tipos de transporte", garante.

Parlamento e Orçamento

Com o objetivo de auxiliar os servidores do Poder Legislativo municipal, estadual e federal no esclarecimento sobre o papel do Parlamento no processo orçamentário, a Escola do Legislativo do Estado reuniu, na tarde do dia 17 de outubro, o presidente da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e Fiscalização dos



Geani Vargas

Representantes de diversas instituições prestigiaram o debate sobre Educação Inclusiva

Tributos Estaduais da Assembleia Legislativa do Rio, deputado Luiz Paulo (PSDB), e o especialista em Orçamento Público e diretor de Administração e Finanças da Empresa Olímpica Municipal, Ari Vainer, ex-assessor da Comissão de Orçamento da Alerj.

Na abertura do encontro “O papel do Poder Legislativo no processo orçamentário”, o deputado Luiz Paulo afirmou que o papel principal da Casa é controlar e aprovar os gastos junto ao Tribunal de Contas, que emite parecer positivo ou negativo ao documento orçamentário. O parlamentar, no entanto, disse acreditar que o Parlamento tem perdido importância no desempenho dessa função. “Há uma crise na democracia representativa devido à perda de poder do Legislativo no sentido de fiscalizar adequadamente o Executivo, que usa, em grande intensidade, seu poder, alterando a Lei Orçamentária através dos remanejamentos e contingenciamentos”, frisou.

Para Ari Vainer, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores têm a função de fiscalizar as questões orçamentárias e esse é um papel fundamental do Parlamento. “A hora da análise e apreciação do orçamento é de suma importância, pois é neste momento que se pode modificar e ajustar o documento aos interesses da sociedade. Além, é claro, de fiscalizar a execução do que é aprovado”, lembrou.

Auditório lotado no debate sobre o papel do Parlamento no processo orçamentário



Geva Muzzer

Presente ao evento, o deputado Edson Albertassi (PMDB), ex-presidente da Comissão de Orçamento da Casa, destacou a importância dos parlamentares. “Matéria orçamentária é muito difícil de entender, mas é fundamental, tanto para o Parlamento quanto para o Executivo, que os deputados cobrem as emendas individuais”, ressaltou.

Plataforma ambiental

Em agosto, diversos candidatos ao cargo de vereador do município do Rio de Janeiro e de cidades vizinhas aderiram à Plataforma Ambiental, apresentada pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com a Frente Parlamentar Ambientalista, composta por senadores, deputados federais e membros da sociedade civil organizada.

Realizado em todas as Assembleias Legislativas do país, o encontro no auditório da Alerj serviu para que os participantes conhecessem as propostas de políticas públicas voltadas para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. A Plataforma Ambiental aos Municípios 2012 reúne informações a respeito do desenvolvimento sustentável e, conforme garantem os seus idealizadores, serve de base para a elaboração de projetos de lei.

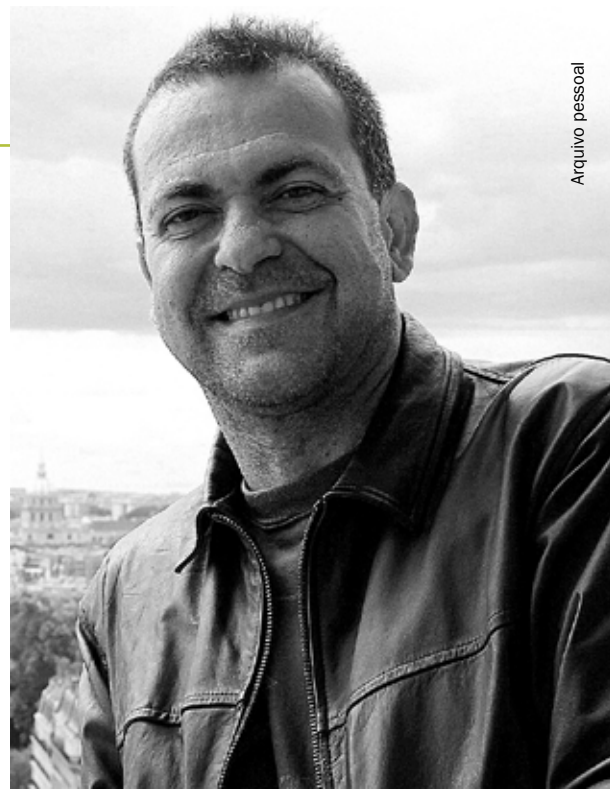
“Trata-se de um guia ambiental, direcionado não só para os candidatos, mas também para os eleitores. Dessa forma, auxiliamos o poder público na concepção dos aspectos ambientais, principalmente aqueles relacionados ao saneamento e à qualidade de vida, que devem ser considerados para uma candidatura”, explicou o coordenador da SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani.

Para o deputado federal Alessandro Molon (PT), membro da Frente Parlamentar Ambientalista, “é importante que aqueles que pretendam ocupar cargos dos poderes Legislativo e Executivo estejam cientes dessas propostas e do trabalho de quem luta por esses objetivos no Congresso Nacional”. ■



Carlos Eduardo Martins

Maior Participação Social no Parlamento



Arquivo pessoal

Ampliar o controle social sobre o Parlamento, impulsionar a participação popular nos processos legislativos, democratizar os meios de comunicação e financiar as campanhas com recursos públicos são, na opinião do professor Carlos Eduardo Martins, chefe do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ações fundamentais para que o Parlamento represente, com legitimidade, a sociedade brasileira. Para ele, Doutor em Sociologia pela USP e autor do livro “Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina”, o voto, no Brasil, “é claramente polarizado em função do poder aquisitivo”. Carlos Eduardo Martins participou da elaboração e foi um dos professores do curso ‘Parlamento Brasileiro: ontem, hoje e amanhã.’

Revista Elerj: O Parlamento representa com legitimidade a sociedade brasileira? Por quê?

Carlos Eduardo: O Parlamento é uma instituição importante das democracias contemporâneas, mas, na sociedade brasileira, tem servido mais aos interesses conservadores que aos de transformação social vinculados aos grandes interesses populares, estando fortemente associado às oligarquias regionais e aos grandes interesses econômicos. O resultado é o seu baixo grau de legitimidade entre a população, registrado em várias pesquisas de opinião. Historicamente, o Parlamento apresenta dívidas importantes com a construção da cidadania no país, mas isso não quer dizer que através do Parlamento

não se tenham gerado conquistas importantes para a democracia em nosso país.

Para democratizarmos efetivamente o Estado brasileiro é preciso ampliar o controle social sobre o Parlamento e impulsionar a participação popular nos processos legislativos. Isso exige uma reformulação de nossa ordem institucional que dificilmente uma reforma política dirigida pelo Congresso terá condição de estabelecer. É preciso incluir, entre os instrumentos de controle popular, a revogação do mandato pela qual os eleitores podem destituir do cargo um representante eleito durante sua vigência. Esta é uma experiência inovadora para o exercício do controle popular sobre o Estado, que tem se desenvolvido com sucesso em países da América Latina como a Venezuela, Bolívia e Equador.

Além disso, é preciso democratizar os meios de comunicação para que a capacidade de expressão, formulação e difusão de pensamento sejam similares entre os diversos grupos e classes sociais e não uma propriedade do dinheiro e do grande capital. A relação de forças no Parlamento expressa a capacidade de organização de interesses fora dele. Das 513 campanhas mais caras ao Parlamento, 75% tiveram êxito eleitoral. A democratização dos meios de comunicação, favorecendo as organizações da sociedade civil de interesse público, poderá ser um importante fator de limitação do poder econômico, atuando, para isso, simultaneamente com o financiamento público exclusivo de campanha.

O financiamento público das campanhas eleitorais seria então o caminho?

Sou inteiramente a favor do financiamento público exclusivo de campanha. Os gastos de campanha cresceram avassaladoramente nos últimos dez anos e torna-se muito difícil que um político possa se eleger sem apelo a recursos privados não declarados. O financiamento público exclusivo de campanha favorece o controle do uso do dinheiro ilegal, barateia gastos de campanha e desvincula nosso processo político do controle exercido pelos lobbys privados, que financiam os gastos de campanha em troca da permuta entre favores e políticas destinadas aos seus interesses, de um lado, e a oferta de propinodutos, de outro. Este sistema se articula com o controle privado da mídia, que impõe um ambiente de terror baseado no denunciamento e numa suposta missão de combate à corrupção que não vai à raiz do problema. A democracia brasileira deve ser financiada através de recursos públicos por meio de um Fundo Partidário. Este sistema exige o voto em lista fechada ou fórmulas mistas, como está sendo proposto pelo Deputado Henrique Fontana (PT-RS).

Que análise o senhor faz da organização partidária no Brasil, com a existência de tantas legendas?

É preciso impor cláusulas de barreira e a sua relativização através das federações partidárias, proibindo as coligações eleitorais proporcionais. A diversidade de legendas não encontra nenhum respaldo na diversidade ideológica ou de programas e significa frequentemente o estabelecimento de um balcão de negócios ao invés da legítima concorrência e concertação

entre visões de mundo e proposições de políticas públicas distintas. O fortalecimento dos partidos políticos passa pelo enxugamento das legendas, pela sua democratização interna e pela limitação do mercado autorregulado, que ganhou espaço na relação entre partidos.

E quanto ao espaço de participação política do cidadão, é possível ampliá-lo para além dos momentos eleitorais?

Esta é uma tarefa fundamental que devemos cumprir para que tenhamos democracia real ao invés de democracia formal. Para isso, é fundamental democratizar os meios de comunicação, limitando o monopólio e promovendo a concessão de canais a organizações sociais com finalidade pública, como universidades e outras entidades da sociedade civil.

A democracia burguesa sempre foi tipicamente elitista. Inicialmente, sequer incluía os trabalhadores na sociedade política representativa, como eleitores ou representantes e, posteriormente, a chamada democracia liberal, direcionou o controle público do Estado para si mesmo através da separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Tais poderes deveriam competir e se controlarem reciprocamente através de sanções que poderiam estabelecer. Cabia à população um papel passivo, participando apenas nos períodos eleitorais. Este projeto é um projeto de classe, não está voltado para a formação do interesse público e/ou da consciência popular republicana. Fracassou se o medirmos por estes critérios.

Hoje, o desenvolvimento da tecnologia informacional permite a introdução de mecanismos de democracia direta e a promoção de uma participação muito mais ativa da população nos processos decisórios. O desenvolvimento de métodos de gestão, como o orçamento participativo, é fundamental e pode se alimentar muito de um espaço informacional público e democratizado.

Mas, é preciso ter vontade política. No Brasil, lamentavelmente, sequer temos acesso a Telesur pelos meios televisivos e vivemos uma ditadura da mídia privada, que permanece como tutora do nosso processo democrático, promovendo seletivamente a exposição de casos de corrupção para atingir adversários políticos e a dissuasão de políticas que possam afetar seus interesses. ■

Novos Gestores Públicos

Depois de 18 meses e 14 disciplinas, a turma do MBA Inovação em Gestão Pública se prepara para concluir o curso. A Pós-graduação Lato Sensu, realizada pela Faculdade de Administração e Finanças da UERJ na Escola do Legislativo, reuniu Deputados Estaduais, diretores da Alerj e servidores públicos de vários mandatos e setores administrativos da Casa. Desde julho de 2011, os alunos vêm aprofundando conhecimentos e debates a respeito dos fundamentos teóricos e ferramentas de gestão e controle do setor público. Administração financeira, Finanças públicas, Gestão estratégica de pessoas, Marketing público e Governança corporativa são algumas das disciplinas cursadas.

As reflexões em sala de aula dão origem a trabalhos de conclusão de curso com temas como Desenvolvimento Local, Custos no serviço público e Sustentabilidade na Administração. Francisca Boechat é servidora da Alerj há 17 anos e se dedicou a analisar as políticas públicas de transferência de renda, juntamente com Rogério Silva e Romildo Júnior. “Esses programas de transferência de renda constituem um tema bastante atual. Analisamos o Programa Renda Melhor, que é recente. Apresentar os seus primeiros resultados foi uma oportunidade de conferir um caráter de originalidade e ineditismo ao TCC”, ressaltou Francisca.

Além de produção acadêmica, o MBA da Elerj dá frutos na administração da Assembleia Legislativa. Paulo Roberto Poydo, servidor da Diretoria Geral da Casa, conta que o curso o levou a uma nova forma de pensar as ações e que houve impacto no trabalho executado: “Disciplinas como Controladoria e Auditoria proporcionaram melhor suporte às análises dos pedidos de compras e serviços, comprovando que ainda há muito espaço para colocar em prática o aprendizado recebido e que é plenamente possível melhorar os processos de gestão e serviços da Alerj”, avalia.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Paulo,

realizado com os alunos Manoel Barreto, também da Diretoria Geral, e Ivan Vital, da Primeira Secretaria, avalia a aplicação dos royalties do petróleo nos municípios do Rio de Janeiro: “Descobrimos que nos últimos quatro anos houve uma sensível melhora na aplicação destes recursos por parte das prefeituras, porém, para nossa decepção, ainda convivemos com indicadores sociais do século XIX em pleno século XXI”, lamenta.

Gestores também para o Executivo

A formação em gestão pública dos cursos da Escola do Legislativo do Rio de Janeiro será posta à prova no executivo em 2013. Dois Deputados Estaduais que passaram pelas salas de aula da Alerj foram eleitos para assumir prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

O Deputado Estadual e prefeito eleito Sabino (PSC) está concluindo o MBA Inovação em Gestão Pública 2011/2012. Ele se prepara para tomar posse como prefeito de Rio das Ostras, na Região dos Lagos. Conseguiu conciliar a presença nas aulas com a campanha realizada a mais de 150 km da Elerj. “Não foi fácil, mas procurei organizar minha agenda de acordo com a necessidade de estar no Rio. Quando decidi fazer o curso já sabia que teria que conciliar a campanha com as aulas e avaliações. Nunca pensei em desistir”, conta Sabino.

Eleito para o terceiro mandato em Rio das Ostras com 76,87% dos votos, considera que o esforço valeu a pena: “O curso de gestão pública está sendo fundamental para minha preparação. Tive oportunidade de conviver com pessoas com muito conhecimento, conhecer experiências que deram certo e ver de perto situações adversas em outras cidades do Estado. Estudei, li e troquei muitas informações. Hoje, me sinto preparado para assumir a prefeitura da cidade que mais cresce no país”, afirma o prefeito eleito.



Nathalia Felix

caso, a concepção de mercado é a prática das Políticas Públicas - faz com que a escolha da Alerj por este modelo seja acertada e um diferencial na busca da formação dos quadros desta casa legislativa. Fiz diversos cursos ao longo dos últimos anos. Posso dizer que o MBA da Elerj não deve em nada em termos de conceitos, conteúdos e propostas acadêmicas”, avalia.

Investimento da Alerj

Os cursos de Pós-Graduação na Elerj são frutos de investimento da Assembleia Legislativa na formação dos servidores da casa e parlamentares, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço público, com reflexos não só nas casas legislativas, mas também no executivo. “Mesmo antes da existência da Elerj havia a preocupação na formação de quadros de excelência. A criação da Escola do Legislativo veio coroar esta preocupação constante. Investir em educação sempre traz excelentes resultados”, ressalta Calazans.



Eduardo Naddar

Alessandro Calazans (acima) foi eleito para a prefeitura de Nilópolis, enquanto Sabino vai governar o município de Rio das Ostras

O Deputado Estadual Alessandro Calazans (PMN) é mais um Deputado Estadual eleito e que cursou Pós-Graduação na Elerj. Calazans foi aluno do MBA em Formação Política e Processo Legislativo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios (Ibgen) na Elerj em 2009/2010. Eleito prefeito de Nilópolis, Baixada Fluminense, com quase 50% dos votos, tem um amplo currículo acadêmico: além do MBA, duas Pós-graduações e está cursando Mestrado em Políticas Públicas e Relações Internacionais, no IUPERJ. “Creio que não é possível parar de buscar o conhecimento. Se pegarmos Kant como exemplo, o filósofo dirá que o sujeito, então protagonista do conhecimento, fará da finitude a marca registrada do saber humano. A noção de infinitude só encontrará novamente um lugar claramente privilegiado na moral kantiana – relacionada ao campo do conhecimento prático –, quando vinculada às ideias de imortalidade da alma e de Deus e, portanto, à ideia de liberdade. Ou seja, a infinitude do conhecimento liberta”, filosofa Calazans.

No curso da Elerj, destaca a metodologia utilizada: “A dinâmica do MBA, com a troca constante de informações e a aproximação da realidade mercadológica - no meu

“O mundo está mudando, a política está em transformação e quem não estiver ‘antenado’ com isso será excluído do processo. Acabamos de passar por uma campanha eleitoral e os resultados mostraram muito claramente que o eleitor quer políticos preparados e comprometidos nas administrações”, avalia Sabino.

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro já programa os próximos cursos e planeja realizar em 2013, mais uma pós-graduação com foco na gestão pública. ■

A Escola do Legislativo vem formando novos gestores públicos em seus MBAs



Perfil do Legislativo municipal brasileiro

Após o pleito de outubro, quando foram escolhidos os novos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em todo o país, o Legislativo Municipal brasileiro tem um novo perfil. Levantamento realizado com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aponta que o perfil médio dos mais de 57 mil vereadores eleitos é formado por homens, casados, de 43 anos, com ensino médio completo e que já ocupam uma vaga na Câmara Municipal.

As eleições deste ano provocaram mudanças no Legislativo Municipal de todo o país para o exercício 2013/2016. A escolha de novos Prefeitos e Vereadores, no entanto, alterou não somente o quadro das Prefeituras e Câmaras Municipais, mas também das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional, já que vários Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores foram eleitos para prefeituras e terão de deixar o Legislativo Estadual e Federal no próximo ano.

Mas, afinal, qual é o perfil do Vereador brasileiro? Qual sua idade? Sua instrução? São mais homens ou mulheres? O que faz? Qual o limite de sua atuação? Quantos se candidataram ao cargo em 2012? Saber estas respostas ajuda a conhecer melhor o legislador municipal, um dos agentes políticos que está mais próximo da população e que, portanto, em tese, está mais bem informado das necessidades das suas

comunidades. Para a Escola do Legislativo do Rio de Janeiro (Elerj) essas são informações preciosas, afinal, as Câmaras Municipais são, juntamente com a Assembleia Legislativa, o público prioritário das ações desenvolvidas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada do Brasil ultrapassa os 196 milhões de habitantes. Desse total, 140.646.446 são eleitores, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo 11.893.309 no Estado do Rio de Janeiro e 4.719.607 no Município do Rio de Janeiro.

Em todo o país foram eleitos, do total de 450.697 candidatos, 57.420 Vereadores, um aumento de 5.439 cadeiras em relação à eleição de 2008. Desse total, nada menos que 86,66% dos Vereadores eleitos são do sexo masculino e 13,34% do sexo feminino, de acordo com os dados disponibilizados no site do TSE. Para o mandato de 2013 a 2016, a distribuição do sexo dos Vereadores do Brasil é a seguinte: 49.761 homens e 7.659 mulheres. Se comparado com a eleição de 2008, constata-se que houve um avanço das Vereadoras, que representavam 12,53% no pleito anterior.

A maior parte dos Vereadores eleitos tem entre 45 a 59 anos (38,51%), seguidos do grupo entre 35 e 44 anos (34,58%). Os Vereadores com idade



entre 25 e 34 anos representam 18,59% do total, enquanto aqueles que possuem entre 60 e 69 anos representam 5,33%. Na comparação do número de Vereadores eleitos com o de candidatos, levando em consideração o grupo de idades, verifica-se que o índice de sucesso é maior para aqueles que possuem entre 35 e 44 anos, seguindo-se os grupos de idade de 25 a 34 anos e de 45 a 59 anos. Os grupos extremos de idades (menos de 18 e com 80 anos ou mais) são os que apresentaram os menores números de eleitos.

A partir das respostas que os Vereadores forneceram ao cadastro do Tribunal Superior Eleitoral também é possível identificar 240 diferentes tipos de ocupação dos eleitos. A de 'Vereador' - o que significa 'reeleição' - com 10.483 eleitos (18,27% do total), aparece em primeiro lugar, seguindo-se a de 'Agricultor', com 6.368 eleitos (11,10%), 'Servidor público municipal', com 5.597 eleitos (9,75%), 'Comerciante', que contabiliza 4.217 eleitos (7,35%) e 'Empresário', com 2.659 (4,63%). Também aparecem com destaque as ocupações 'Professor de ensino fundamental', com 1.374 eleitos (2,39%), 'Professor de ensino médio', com 1.347 (2,35%), 'Servidor Público estadual', com 1.251 eleitos (2,18%), 'Advogado', com 1.107 eleitos (1,93%) e 'Motorista de transporte coletivo de passageiros', que elegeu 1.105 representantes (1,93%).

No tocante ao grau de instrução dos Vereadores eleitos, o TSE não disponibilizou tais informações. Porém, é possível ter uma noção analisando os dados disponibilizados do total de candidatos. A maior participação foi de candidatos com curso médio completo (35,86%). Em segundo lugar, com praticamente a metade destes casos, aparecem aqueles que possuem curso superior completo (18,59%), seguidos de perto pelos de ensino fundamental incompleto (17,63%) e completo (14,61%). Os de ensino médio incompleto aparecem com 5,29%, seguindo-se os de superior incompleto (4,64%) e os que leem e escrevem (3,33%).

Capitais

O Rio de Janeiro é a segunda capital do país com maior percentual de vereadores reeleitos (60,7%), perdendo apenas para Goiânia, com 72%. Em terceiro

lugar está a cidade de São Paulo (60%), seguida de Recife (58,9%) e Porto Alegre (58,3%). Já a capital com o maior índice de renovação é Boa Vista, onde apenas três dos 21 vereadores conseguiram se reeleger. O número é o mais baixo do país e equivale a 14,2% do total.

Mudanças no legislativo estadual

O resultado das eleições municipais no Rio de Janeiro alterou a composição das bancadas na Assembleia Legislativa do estado. Dos 21 deputados estaduais que disputaram os cargos de prefeitos ou vice-prefeitos, quatro alcançaram suas metas e deixarão o Legislativo Estadual no próximo ano. Os vitoriosos são: Alcebíades Sabino (PSC), eleito para a prefeitura de Rio das Ostras; Alessandro Calazans (PMN), que vai governar o município de Nilópolis; Miguel Jeovani (PR), que vai comandar a cidade de Araruama; e Rodrigo Neves (PT), eleito para a prefeitura em Niterói.

Assumem os mandatos os seguintes suplentes: Marco Figueiredo, do PSC; Armando José, do PSB; Verônica Costa, do PR (ela foi eleita Vereadora e, caso opte por assumir o cargo na Câmara Municipal, em seu lugar assumirá o suplente Geraldo Pudim); e André Ceciliano, do PT, que será efetivado no cargo, pois já o exercia enquanto Rodrigo Neves estava na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. ■

Capacitação para novos vereadores

Os vereadores de todas as Câmaras Municipais do Estado do Rio de Janeiro serão convidados para participar na Elerj, em fevereiro de 2013, de um programa especial de capacitação. Em pauta, temas como o papel dos parlamentares, orçamento público e o processo legislativo. A atividade, a ser desenvolvida em dois dias, exclusivamente para vereadores, contará com a participação de palestrantes da Escola de Contas do TCE/RJ, da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) e da Associação de Defensores Públicos do Rio de Janeiro (Adperj).

Em 2013, a Elerj retomará também as atividades realizadas nas Câmaras. Estão programados seminários em oito regiões do Estado.

Tradição e inovação em capacitação

O ano de 2012 foi marcado pela intensa mobilização política em torno das eleições municipais. Apesar disso, a Escola do Legislativo manteve ampla grade de atividades acadêmicas de curta duração, mobilizando mais de 500 alunos, em 12 cursos e dois treinamentos. Sintonizada com o interesse de parlamentares e servidores, a Elerj ofereceu formação de até 40 horas em diversas áreas, mas com foco principal no momento eleitoral. Foi um ano dedicado a consolidar as temáticas tradicionais, mas também a novas experiências como os cursos “Aprimoramento em Segurança Pública” e “Parlamento Brasileiro: Ontem, hoje e amanhã”, que estão entre os destaques abaixo.

Direito Eleitoral

O Procurador de Justiça Marcos Ramayana - ex-coordenador das Promotorias Eleitorais do estado, professor da disciplina Legislação Eleitoral na FGV e Emerj, e autor de vários livros sobre o tema - foi o responsável pelo curso ‘Direito Eleitoral’, ministrado na Elerj nos meses de agosto e setembro. O interesse despertado foi tanto que a turma teve que trocar a sala de aula pelo auditório.

Para funcionários efetivos, comissionados e requisitados da Assembleia Legislativa do Estado

do Rio de Janeiro e das Câmaras Municipais, Marcos Ramayana abordou, entre outros assuntos, o conceito de Direito Eleitoral, o poder Normativo da Justiça Eleitoral, os sistemas de ingresso nos mandatos eletivos, o processo de eleição, Resoluções e Consultas, os direitos políticos, a desincompatibilização de servidores públicos e a preclusão temporal.

Segundo Marcos Ramayana, o Brasil tem, além de um Código Eleitoral defasado - o vigente é de 1965 -, muitas leis que tratam da questão eleitoral, dificultando a consulta e o entendimento, não só por parte de candidatos e assessores, mas até mesmo por parte dos advogados, conhecedores do assunto. Por isso, ele defende a consolidação das Leis Eleitorais. “Mesmo com as minirreformas promovidas ao longo dos anos, nossa legislação eleitoral ainda necessita de atualização e consolidação, que serviriam para agilizar as consultas e diminuir os possíveis erros provocados por desconhecimento”, afirma o especialista.

Assim, mesclando informações teóricas com exemplos práticos ocorridos ao longo dos anos, o especialista em Direito Eleitoral transformou assuntos tidos como complexos em temas fáceis de serem assimilados pelos alunos.

Marcos Ramayana tornou fácil o aprendizado sobre Direito Eleitoral



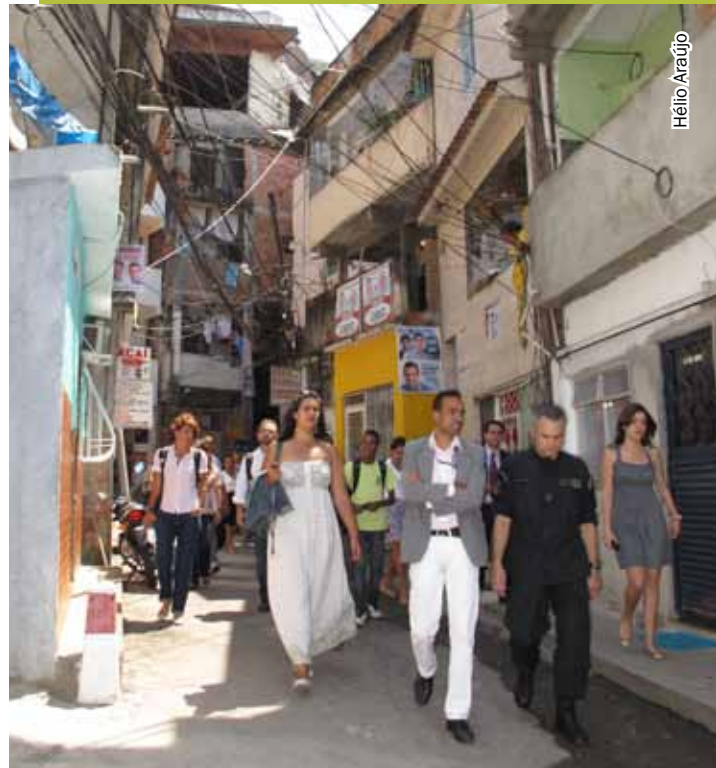
Aprimoramento Parlamentar em Segurança Pública

Para discutir as competências federais, estaduais e municipais e apresentar os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública no âmbito do Estado e suas atribuições constitucionais, a Escola do Legislativo realizou, em agosto e setembro, em parceria com a Polícia Militar, o curso 'Aprimoramento Parlamentar com Enfoque em Políticas de Segurança Pública'.

Entre os temas abordados pelos professores e palestrantes, destaque para os Poderes da Administração e as Atribuições e Estrutura de diversos órgãos de segurança do Estado, como a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, além da palestra sobre o processo de pacificação das comunidades no Rio de Janeiro.

Para ter contato com a realidade vivida pelos policiais militares, os alunos deixaram a sala de aula, no dia 17 de setembro, e foram visitar a sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (Bope), em Laranjeiras, sendo recebidos pelo subcomandante do setor administrativo, major João Busnello. A turma também conheceu a comunidade Tavares Bastos, que fica ao lado do batalhão e, onde, segundo o major, não há vestígios do tráfico de drogas, o que era uma prática comum no local antes da chegada dos policiais, em 2000.

Para o instrutor do curso, coronel Antônio Germano, o vínculo entre a PMERJ e a Escola do Legislativo é de grande importância. "A Elerj é uma escola democrática que, entre outras atribuições, dedica-se a aprimorar o Parlamento. Os assessores parlamentares, alunos do curso, precisam entrar em contato com todas as instituições responsáveis pela segurança pública, pois o conhecimento de forma profunda da estrutura organizacional dos órgãos facilita a elaboração de políticas públicas", avalia. ■



Hélio Araújo

Os alunos conheceram a comunidade Tavares Bastos

Nossa responsabilidade se amplia em 2013. Além dos cursos de aprimoramento oferecidos pela Elerj, também focaremos na renovação nas Câmaras Municipais com o início de uma nova legislatura, buscando identificar as principais demandas por capacitação profissional daquele segmento.

*Maria Alice Tavares
Coordenadora dos Cursos de Curta Duração*

CURSOS DE CURTA DURAÇÃO 2012

- Regimento Interno
- Processo e Técnica Legislativa
- Parlamento Brasileiro: Ontem, hoje e amanhã
- Lei de Responsabilidade Fiscal e suas aplicabilidades
- Logística: A arte de elaborar leis
- Finanças Pessoais
- Direito Eleitoral
- Controle de Orçamento Público
- Capacitação para lideranças sociopolíticas
- Atualização em Língua Portuguesa
- Aprimoramento Parlamentar em Políticas de Segurança Pública
- Excelência no Atendimento



Hélio Araújo

Educação e Cidadania: espaço aberto aos universitários

Os jovens de hoje se interessam por política? O curso “Parlamento Brasileiro: ontem, hoje e amanhã”, oferecido pela Elerj, respondeu a essa pergunta e revelou que muitos universitários estão ansiosos por conhecer esse universo, só faltam oportunidades. As inscrições superaram as expectativas e levaram a Escola a transferir as aulas para o auditório.

Os alunos de diversas graduações, como Direito, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Pedagogia e Filosofia, formaram a turma e puderam participar dos três módulos do curso: A História do Estado e do Parlamento Brasileiro, O Processo Legislativo e O papel do Legislativo no Orçamento. As aulas foram ministradas por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), responsáveis pelo módulo histórico. “Fizemos uma cobertura histórica ampla da relação do parlamento com a sociedade e com os demais poderes, em especial com o poder Executivo. Tratamos disto, com gosto e afinco, porque se trata de um período com vários detalhes, m u i t o s aspectos relevantes e lições preciosas de aprendizagem histórica

e da ciência política”, avalia o professor de Administração Pública, Cláudio Gurgel.

O curso, coordenado por Fabiana Lima e Rívia Cunha, foi além das expectativas, “A evasão foi pequena e a avaliação do conteúdo foi, em geral, muito boa. Os universitários saem daqui com uma visão ampliada e ficam sabendo como podem interagir com esta estrutura de Poder. As aulas abriram também as portas da Elerj, com os alunos passando a participar de outras atividades da Escola”, pontua Rívia.

A última aula do curso, “Legislação e Cidadania”, foi ministrada pelo deputado Gilberto Palmares. Em debate, a participação do cidadão e a influência do parlamento no dia a dia da população, com reflexo em temas polêmicos como religião, homossexualidade e aborto. O deputado vê essa iniciativa como uma forma de ampliar a relação da Alerj com todos os segmentos da sociedade: “Os universitários são futuros formadores de opinião e é importante que a Assembleia, através da Escola do Legislativo, abra esse canal de comunicação. É fundamental que eles conheçam o funcionamento e os desafios das Casas Legislativas”, avalia o deputado.

*Os alunos durante a
apresentação de seus
trabalhos finais*



Criatividade e Participação

Vídeos, textos, música e até poesia. Não faltou criatividade no encerramento do curso, quando os alunos realizaram apresentações de trabalhos sobre as temáticas da aula. Oportunidade para que eles apresentassem a própria visão do Parlamento e da história política brasileira. De acordo com a coordenadora do curso, Fabiana Lima, os trabalhos foram marcantes e didáticos. “Os alunos se esforçaram e pesquisaram sobre os temas escolhidos livremente. Além de elaborar o material com dedicação, apresentaram para toda a turma com criatividade e censo crítico”.

A estudante de Direito Thianne Azevedo, que produziu um texto reflexivo e uma poesia sobre a Ditadura Militar, destacou a importância das aulas. “Logo quando surgiu a proposta do trabalho pensei na Ditadura, confrontando com o que acontece hoje em dia. A parte histórica foi a que mais me chamou atenção. Quando comecei o curso estava focada no processo legislativo e orçamento público, que é o que aprendo na faculdade. Foi muito importante a experiência de produção do trabalho, pois tive que me aprofundar nos conhecimentos históricos, com a base que tive nas aulas”, afirma.

Alunos da UERJ, UNIRIO, UFRJ, UFF e da Universidade Cândido Mendes formaram uma turma única na Elerj. Breno Astur, 25 anos, que cursa Pedagogia na Unirio, pretende dar aula para o Ensino Fundamental. “Quero trabalhar especificamente na área de educação, ingressando através de um concurso público, por isso é fundamental que eu saiba realmente a história do Parlamento do meu país, para que eu

tenha noção de como as leis são feitas, onde elas têm reflexo e até onde elas vão influenciar no meu trabalho”, afirma.

Assim como Breno, a aluna Panmila Cristina Proviatti, de 25 anos, também concorda quando o assunto é a relevância do curso. “Através do curso mudei a minha forma de ver como funciona a política no Brasil. Agora consigo realmente enxergar a funcionalidade do Parlamento e a representatividade, na sociedade, dos deputados, vereadores, senadores. Esse curso deveria ser instituído nas escolas, para que as crianças já fossem formando uma visão completamente diferenciada do que é a representatividade do Parlamento”, sugere a aluna de Ciências Sociais, da UFRJ. ■



Alunos do curso sobre o Parlamento brasileiro

Gabriel Telles



Deputado Gilberto Palmares proferiu a última aula, que teve leitura de poesia feita por alunas





Ensino Superior: desafio para todas as idades

As noites de segundas e quartas-feiras são agitadas na Escola do Legislativo do Rio de Janeiro. Nas salas de aula e no auditório circulam mais de 300 alunos. Todos têm um objetivo comum: garantir uma vaga no ensino superior.

Desde 2010, o curso do Pré-Vestibular Social (PVS), fruto de parceria da Elerj com a Fundação Cecierj do Governo do Estado, abre espaço para

alunos de baixa renda, em grande parte oriundos de escolas públicas, que vão prestar vestibular ou participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A



maioria dos estudantes do PVS tem entre 20 e 30 anos. Mas a vontade de cursar a graduação não tem idade e exige esforço.

Claudia Fernanda de Souza (acima) tem apenas 16 anos. Cursa o último ano do ensino médio regular, mas viu no PVS um caminho para aumentar suas chances na luta por uma vaga no ensino superior: “Eu tenho a intenção de passar no vestibular ainda esse ano, então eu preferi me dedicar a tudo que eu tenho para fazer de curso, escola, pré-vestibular, acabar tudo esse ano ainda para poder passar logo.”

Disposição também não falta aos mais

experientes. Estelita Reis (abaixo), de 72 anos, nossa aluna mais idosa, conta que sempre sonhou em terminar o Ensino Médio para cursar faculdade de Serviço Social: “Nunca fiz faculdade. Eu iniciei o ensino médio em 2007 e terminei em 2009. Aí eu comecei a pensar em fazer faculdade, já vou tentar pelo terceiro ano.”

Estelita trabalha ajudando no serviço social de sua Igreja, mas gostaria de cursar o ensino superior para aprender a teoria, aperfeiçoando a prática de tantos anos de apoio ao próximo. “Eu não vou trabalhar por dinheiro. Eu quero ajudar as pessoas, fazer visitas, ir aos hospitais. Trabalhei muito tempo dando aula de corte e costura. Agora eu quero saber a teoria dessa matéria. Já trabalhei na minha igreja com serviço social no atendimento às pessoas. Então, é uma área que me empolga. É muito legal você ajudar as pessoas e eu gosto muito de

estar com gente. Aí é mesmo disso, não quero ficar em casa tomando conta da vida dos outros”, conta repleta de energia. ■



Conhecendo o universo do

Pré-Vestibular Social

Buscando identificar melhor as ansiedades e os objetivos dos alunos que frequentam o curso, a Elerj realizou um levantamento sobre as motivações para a escolha da carreira. Dos entrevistados, 63% não abriram mão de seus ideais, prestando vestibular para a carreira de preferência. A escolha do curso superior é baseada principalmente na vocação e na realização pessoal, apontadas por 67% dos entrevistados. As questões financeiras só são consideradas como decisivas por 27% dos estudantes.

Cláudia Fernanda é uma das alunas que, apesar dos contratempos, não desiste dos seus ideais. A estudante quer trabalhar na área criminalista e procura o melhor caminho para realizar seu sonho. “Adorava CSI, uma série americana centrada em investigações criminalísticas, então, assistindo ao seriado, decidi que seria perita, mas para isso precisaria cursar Medicina ou outro curso na área biomédica, para qual não tenho aptidão. Então, decidi fazer direito e prestar concurso para delegada, que também é da área criminal, que é o meu sonho”, conta a estudante.

*Alunos do PVS em visita
à Usina de Angra II*

Oportunidades

O polo da Escola do Legislativo do Pré-Vestibular social é o único no Centro do Rio de Janeiro e com aulas noturnas. Além de garantir a infraestrutura necessária, a Assembleia Legislativa também oferece aos alunos chance de participação em outras ações promovidas pela Casa. “As atividades extras, no curso do PVS, valorizam o currículo, integram, motivam, educam, divertem e ampliam os horizontes dos alunos, trazendo novas perspectivas à vida profissional e ajudando a definir os objetivos a serem alcançados”, avalia a coordenadora do PVS, Deize Alves.

Estudantes do PVS marcam presença em debates, em cursos abertos à comunidade, como o de Aprimoramento em Matemática, e também em atividades externas, como a visita à Usina Nuclear de Angra dos Reis.



Geani Vargas

Aprovações

O ano nem chegou ao fim e a lista de alunos que passaram no vestibular só cresce. Já são 36 aprovados no CEDERJ - Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro. Destes, 21 alunos passaram no primeiro semestre e 15 no segundo.

Diego de Azevedo sempre soube que o vestibular seria um desafio. O estudante ingressou no PVS através da indicação de uma amiga, que já havia feito curso no polo Elerj e tinha sido aprovada. “Precisava de um curso gratuito e noturno, pois trabalhava o dia inteiro e não tinha tempo para estudar. O curso foi ótimo, pude me atualizar em relação aos estudos, pois meu Ensino Médio foi debilitado, devido a uma greve”, afirma.

O aluno, apesar de vários obstáculos, conseguiu a aprovação em Ciências Contábeis na CEDERJ/UERJ, Administração no CEDERJ/UFRRJ e Gestão de Recursos Humanos na Universidade Castelo Branco, com desconto através do programa do ProUni.

PVS na Elerj em números

3 anos de aulas

1.126 alunos

18 turmas

Aprovação Vestibular 2012: 53%



Radiografia das Escolas do Legislativo

A criação de Escolas de Governo, entre as quais se inserem as Escolas do Legislativo, tem origem na Constituição Federal de 1988, atualizada com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998. As primeiras unidades, fundadas pelas Assembleias Legislativas, surgiram ainda na década de 1990. Nos últimos anos, esse movimento cresceu e se consolidou. Apesar disso, havia carência significativa de informações sistematizadas sobre a realidade dessas estruturas.

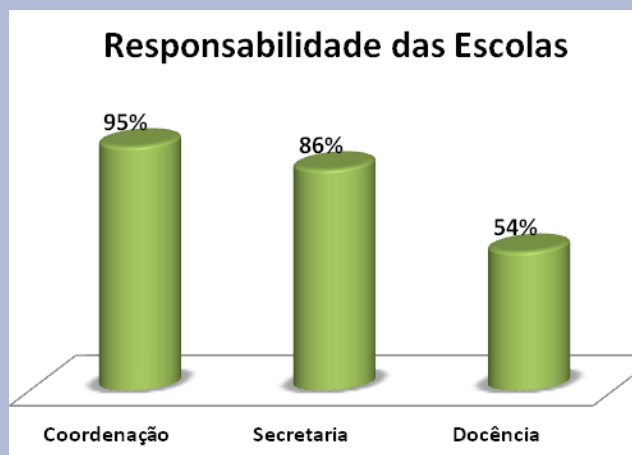
A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Elerj), integrante da Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), assumiu a responsabilidade de realizar um Censo Nacional, com o objetivo de realizar uma radiografia, identificar avanços e dificuldades encontradas por essas unidades educacionais.

O estudo, que dará origem a uma publicação, em 2013, nos possibilita ter também referência para avaliação sobre o desenvolvimento da Elerj. O Censo colheu dados não só das Escolas Estaduais, mas também das Municipais e de Contas. Apresentamos aqui, as primeiras informações, tendo como foco especificamente as escolas estaduais. ■

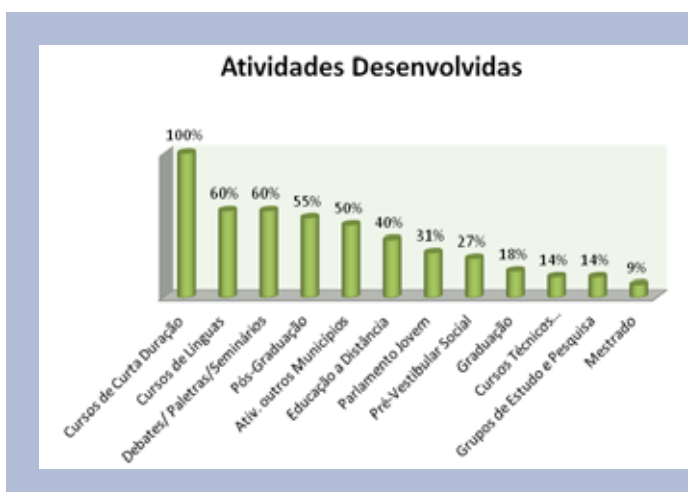
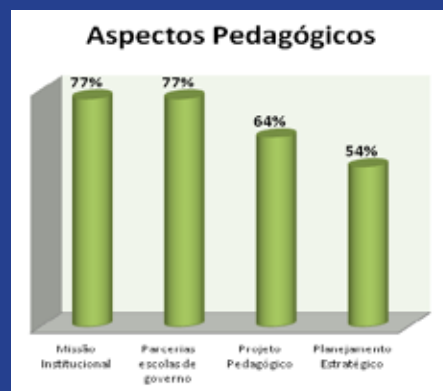
O Censo

A consulta realizada às Escolas do Legislativo das Assembleias garantiu a participação de 22 unidades. Em dois estados, as Escolas estão desativadas e outras três não responderam ao questionário disponibilizado pela internet. O Censo, além de atualizar o cadastro das participantes, levantou informações sobre o histórico das unidades, as estruturas de pessoal, física, acadêmica, de comunicação e ainda a análise dos entraves ao crescimento.

O levantamento mostrou que a ampla maioria das Escolas assume maior responsabilidade de coordenação e de secretaria dos cursos.

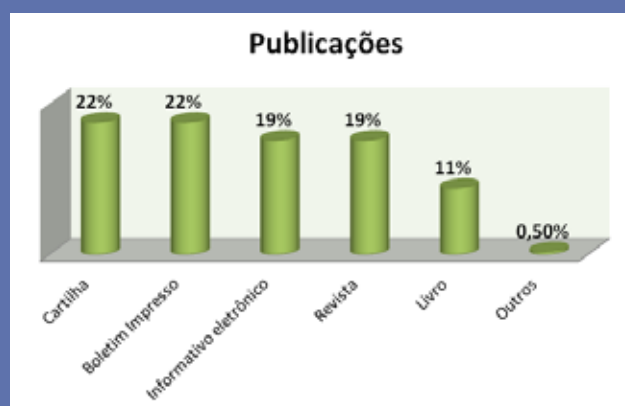


Quanto aos aspectos pedagógicos, as Escolas respondentes informaram que a maioria possui Missão Institucional definida e estabelece parceria com outras escolas. O projeto pedagógico foi delineado em 64% das unidades e apenas 54% possuem planejamento estratégico. A Elerj está sistematizando seu projeto pedagógico, e já conta com Missão Institucional e Planejamento estratégico, além de inúmeras parcerias.



As atividades desenvolvidas pelas Escolas dão destaque aos cursos de curta duração, línguas, debates e palestras, pós-graduação e ações nas Câmaras Municipais, atendendo ao interior do Estado. Essas cinco primeiras colocadas no ranking estão entre os projetos em desenvolvimento na Elerj. A implantação da Educação a Distância está nos planos para 2013.

Um dos desafios das Escolas é a visibilidade, que garanta que as ações sejam conhecidas pelo público prioritário, parlamentares e servidores das Casas Legislativas, e toda a sociedade. O Censo revelou a estratégia de comunicação das unidades. A Elerj utiliza todas as ferramentas virtuais e, no que diz respeito às publicações, conta com a Revista Elerj e informativos eletrônicos.



Frutos da Educação de Jovens e Adultos

Ingressar na universidade é o desejo da maioria das pessoas que concluem o Ensino Médio e não seria diferente com os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Elerj. A formatura ocorreu em junho deste ano e alguns alunos já estão correndo atrás dos seus sonhos.

Kátia Maria (foto) parou de estudar logo após concluir o Ensino Fundamental. Com família numerosa - nove irmãos - e de baixa renda, teve que trocar a sala de aula pelo trabalho. A oportunidade de cursar o Ensino Médio surgiu 30 anos depois, através do projeto de Educação de Jovens e Adultos da Escola do Legislativo. Ao concluir o curso em 2010, decidiu seguir em busca do conhecimento e de novas oportunidades. Em 2011, fez o Exame Nacional do Ensino Médio, foi aprovada em Psicologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Unisuam. Com a bolsa garantida pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo Federal, optou pela Unisuam: “A Universidade Rural seria melhor por ser uma instituição federal e pela proximidade com a minha casa, moro em Campo Grande, mas o horário não seria compatível com o meu trabalho”, explica.

De acordo com o professor de Filosofia da EJA e psicólogo, Diogo Bonioli, os alunos tinham receio em relação à universidade, por ser algo desconhecido. “A primeira coisa que queria desmistificar é que o Ensino Médio é diferente do Ensino Superior, por conta de estudar o que eles realmente gostam e optaram.



Gabriel Telles

As matérias são mais rápidas, duram apenas um semestre”, lembra Diogo.

Diogo também atua na orientação vocacional dos alunos e faz uma análise individual, desde o início das aulas, para poder ajudá-los na escolha do curso. “Durante as aulas de Filosofia e Sociologia cito Platão e Karl Marx e tento levar o máximo a vida dos pensadores para os alunos, pois acredito que assim as aulas se tornam mais leves e produtivas”, avalia o professor.

Kátia Maria não viveu o tradicional conflito na definição da profissão. Concluiu o Ensino Médio determinada a se formar em psicologia. “Era a oportunidade que tinha de realizar meu sonho,

pois casei e tive filhos muito cedo e abandonei os estudos. Sofri muito com depressão na adolescência e sei o quanto é difícil. Sem a ajuda dos psicólogos não sei se estaria aqui para contar essa história hoje e, por isso, resolvi seguir essa profissão”, explica.

Roberto dos Santos (abaixo), outro formando de 2012, pretende abrir uma empresa de eventos. Ele já tinha a ideia antes mesmo de ingressar na EJA, mas foi motivado durante uma aula de Filosofia. “Sempre tive interesse em abrir um negócio sobre eventos em geral, mas não tinha nada concreto a respeito. Com os ensinamentos e o impulso que o professor me passou, tive certeza do que queria e poderia realizar. Agora, vou fazer um curso específico na área e também em administração e ir atrás do meu sonho”, garante Roberto.

Outra aluna da Educação de Jovens e Adultos, Sandra Regina Cardoso, foi aprovada no vestibular para Serviço Social, na Universidade Cândido Mendes. “O papel da Assistente Social é, principalmente, o de ajudar o próximo. Isso é o que mais me incentiva”, conta Sandra.

De acordo com a coordenadora da EJA, Eliete Tavares, a proposta do projeto é possibilitar aos alunos, que não conseguiram frequentar a escola na idade própria, elevar sua escolaridade. “Estamos dando oportunidade aos alunos de construir uma vida melhor, aumentar sua autoestima e trabalhar pela inclusão social. Como dizia o educador e filósofo Paulo Freire, ‘a pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo’. Tenho certeza de que muitos alunos hoje estão reescrevendo sua própria história”, afirma. ■



Rafael Wallace



Turma da EJA durante formatura em junho deste ano

EJA em nova etapa: ensino semipresencial

A Educação de Jovens e Adultos da Escola do Legislativo iniciará, em 2013, uma nova etapa: a implantação do modelo semipresencial. Professores estarão de plantão na Elerj, de manhã e à tarde, para orientar e tirar dúvidas dos alunos. A presença em sala de aula deixa de ser obrigatória, mas os estudantes terão que assumir responsabilidade de estudar individualmente e fazer as provas de cada disciplina. Além do Ensino Médio, a Elerj retoma, com a nova metodologia, o curso do segundo segmento do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

De acordo com a coordenadora da EJA, Eliete Tavares, esse sistema será implantado para atender a servidores que não têm disponibilidade de cumprir quatro horas diárias de aula. “Alguns alunos encontravam dificuldades em sair do local de trabalho para estudar e assim não conseguiam concluir o curso. Entendemos que a necessidade da EJA presencial já foi suprida e, diante dos fatos, resolvemos começar esse nova modalidade de ensino para facilitar a formação dos alunos”, explica.

A Subdiretora-Geral da Elerj, Rosângela Fernandes, ressalta as vantagens da nova metodologia: “A Educação a Distância e a Semipresencial têm sido aprimoradas e conquistado cada vez mais alunos, garantindo a qualidade de ensino. Na EJA, vamos preservar o espaço presencial para os alunos que tiverem necessidade de manter contato com os professores, mas sem a rigidez de horários. A intenção é atender a uma antiga demanda dos servidores. A Elerj precisa estar sintonizada com as necessidades do nosso público prioritário.”

Novas e promissoras parcerias


A busca por um Poder Legislativo cada vez mais capacitado tem levado a Escola do Legislativo a firmar inúmeras parcerias. Além das já consolidadas e produtivas, como as estabelecidas com a Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (Emerj) e a Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (ECG/TCE-RJ), a Elerj comemora a assinatura de novos convênios que abrem a possibilidade de trabalho conjunto com outras instituições.

Entre as novas parceiras está a Associação dos Defensores Públicos do Rio (Adperj). O convênio prevê a realização de cursos e palestras para os servidores da Assembleia Legislativa, das Câmaras Municipais e também atividades abertas a toda a sociedade. A união da Elerj e da Adeperj tem o apoio e o incentivo do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Paulo Melo (foto). “Tanto a Alerj quanto a Defensoria Pública trabalham em comum acordo e com o objetivo de atender a população em sua plenitude. O Legislativo é o Poder que está mais perto do povo, enquanto a Defensoria é a voz daqueles que não têm oportunidades, não têm condições, e é considerada uma das instituições mais democráticas. Esse convênio só vem acrescentar e é de suma importância para o cidadão”, analisa Paulo Melo.

As duas instituições já planejam atividades conjuntas para o início de 2013. A primeira delas será a integração da Associação na capacitação de vereadores que a Escola do Legislativo promoverá em fevereiro. As equipes projetam também outras ações, como palestras para os alunos do Pré-Vestibular Social (PVS). Para a presidente da Adperj, Maria Leonor Fragoso Carreira, o convênio oficializa uma antiga meta



Rafael Wallace

dos Defensores Públicos. “O defensor público pode ajudar para diminuir a demanda do Judiciário e dar uma resposta mais rápida através da solução dos problemas. Vai ser muito positivo trazer essas práticas para a Escola do Legislativo. Dessa forma, vamos contar com a ajuda da Assembleia Legislativa para que os cidadãos tenham conhecimento dos seus direitos e de como podem procurar a nossa instituição e resolver as questões judiciais sem levar muitos anos”. 

Benefícios para os servidores

A Elerj desenvolve intensa atividade educacional em suas dependências, mas busca também estimular os servidores da Alerj a investir em aprimoramento em outras instituições. Essa ação é desenvolvida através de convênios com universidades que garantem descontos em cursos de graduação, pós-graduação e mestrado para os funcionários efetivos, comissionados e dependentes.

Convênio recente com a wPós/AVM Faculdade Integrada viabiliza custos mais baixos para formação de extensão e pós-graduação a distância em 260 cursos.

A Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV) é outra instituição conveniada. O desconto no curso de Mestrado em Administração Pública foi um estímulo para que o assessor parlamentar Jorge Gonçalves da Silva, com formação em Direito e especialização em Direito Empresarial e em Política e Processo Legislativo, se interessasse em participar do processo seletivo.

“Tomei conhecimento dessa primeira turma da EBAP pela intranet, em mensagem enviada pela Elerj, comunicando que haveria o concurso para o Mestrado e que um convênio com a instituição garantia desconto de 15% aos servidores da Assembleia. Entrei em contato com a FGV, mas já estávamos nas últimas semanas, com o prazo quase se expirando. Minha inscrição se deu praticamente aos 48 minutos do segundo tempo”, lembra.

Na fase de seleção, a Escola do Legislativo teve, mais uma vez, um papel importante na vida acadêmica do servidor, já que uma das provas a que Jorge Gonçalves se submeteu foi a de conhecimento de língua estrangeira. Na ocasião, ele participava de um curso de inglês oferecido pela Elerj, em parceria com a Faetec, o que foi decisivo para seu sucesso.

“Utilizei, na prova de inglês, todo o conhecimento adquirido no curso que fazia na Escola do Legislativo. Foram esses elementos que me deram subsídios para que eu fosse aprovado na FGV, pois há muito tempo eu não estudava inglês. Por isso, agradeço ao curso

e, principalmente, ao professor Eduardo, a minha pontuação e classificação”, afirma o servidor.

O Mestrado Profissional em Administração Pública é de âmbito internacional e, em sua fase de seleção, contou com cerca de 250 participantes de diversos países. A turma é bem eclética e conta com 30 alunos de várias nacionalidades - além dos brasileiros, italianos, indianos, franceses, argentinos e chilenos.

Jorge Gonçalves diz que está satisfeito em aproveitar o convênio firmado entre a Fundação Getúlio Vargas e a Escola do Legislativo, pois, como a FGV é uma escola de relevância, muitos de seus cursos têm alto custo, muitas vezes fora da realidade do servidor público.

“A distância entre a grande maioria dos servidores públicos e um curso desse tipo é enorme, o que torna mais difícil para qualquer um atingir esse patamar educacional. Porém, com o desconto você se sacrifica menos e pode buscar seus ideais. Mesmo que o desconto fosse de 1%, já era importante para estimular o servidor. Fico feliz e orgulhoso de cursar o Mestrado na FGV, já que é uma qualificação para o âmbito da administração pública de excelência”, conclui o assessor parlamentar. ■

Jorge Gonçalves durante aula na Elerj



Novos rumos para a contabilidade pública

A contabilidade está ganhando novos rumos. A harmonização das práticas contábeis brasileiras com os modelos internacionais está contribuindo sobremaneira para esta renovação de procedimentos e demonstrações. Em compasso com esta revolução científica, nós, Brasil, estamos também avançando fortemente nesse processo. Grande prova disso é a Lei 12.249/10, que promoveu alterações na Lei de regência da profissão, permitindo ao Conselho Federal de Contabilidade regular acerca dos princípios contábeis e de editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

A contabilidade pública no Brasil está também acompanhando essa fase de transformações. A principal delas é a aplicação da essência sobre a forma, o que vale dizer que as demonstrações contábeis deverão estar revestidas de conceitos capazes de dar a elas a necessária transparência a qual a nossa sociedade tanto reivindica.

Neste momento, em que vivemos diversos escândalos oriundos de práticas criminosas em razão de desvios de dinheiro público, ações fraudulentas em contratos com entidades governamentais, a contabilidade deve ser usada como instrumento de controle e clareza.

Outro ponto dessa jornada é o referendo à doutrina patrimonialista ao qual a nova contabilidade pública está sendo conduzida. Ela encontra em Vincenzo Masi seu maior defensor. Para ele, o fim da Contabilidade é o governo econômico do patrimônio e o seu objeto é a análise qualitativa e quantitativa do mesmo, tanto no aspecto estático como dinâmico da riqueza.

Como entender, na administração pública, imobilizados que não são contabilizados e tampouco depreciados? Como medir o seu tempo de vida útil? Como dar baixa de um bem inservível? Como recuperá-lo? Como gerar receita com eles? Os efeitos causados por este possível descompasso podem acarretar distorções significativas na interpretação das informações contábeis. Desta forma, a contabilidade, que poderia ser usada como instrumento para tomada de decisões, perde força e utilidade.

A correta aplicação do regime de competência na contabilização dos atos e fatos da administração

pública pode garantir a execução da Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo. O que antes podia se harmonizar num regime misto, a partir deste momento passa a se adotar integralmente o regime de competência. Mesmo com interpretações diversas e divergentes da legislação, a adoção deste princípio para a contabilização de despesas e receitas públicas certamente vai beneficiar a administração das entidades governamentais na medida em que permite maior controle de caixa e melhor visão da situação econômico-financeira do ente governamental.

Podemos ainda concluir que o reconhecimento e a mensuração por competência pode provocar impactos significativos na estrutura do patrimônio e do resultado do governo, pois, para garantir a qualidade da informação, é preciso tratar de forma adequada as receitas e despesas, para que não se comprometa a sua correta mensuração e evidenciação, ou seja, elas necessitam acontecer independentemente do tratamento orçamentário.

Por fim, vale dizer que o grande desafio dessa nova era da contabilidade pública é darmos a ela uma nova linguagem acessível a todos, não ficando restrita apenas a técnicos especializados no assunto. Talvez esta etapa seja o grande passo para a solidificação do real processo de transparência que tanto buscamos.

Flávio Poggian

Contador e Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ)

**Mais de 3700 já
curtiram a nossa página.
Só falta você!**



www.facebook.com/EscolaDoLegislativoRio

www.alerj.rj.gov.br/elerj


ESCOLA DO LEGISLATIVO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

A missão da Elerj é capacitar e qualificar funcionários e parlamentares da Alerj e das Câmaras Municipais, objetivando a elevação da qualidade e da eficiência do serviço público legislativo; ampliar a interação com a sociedade e promover ações de responsabilidade social.

Rua da Alfândega, 8 - 2º andar

CEP. 20070-000 - Centro

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2588-1373

Email: escola@escoladolegislativo.rj.gov.br



www.twitter.com/elerj_



www.facebook.com/EscolaDoLegislativoRio

www.alerj.rj.gov.br/elerj

